

Observatório da Economia Contemporânea

Promove a discussão de uma ampla gama de temas pautados pela conjuntura, com textos de economistas, cientistas sociais, professores e pesquisadores de diversas instituições

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Os dois tempos da política industrial – para 2023 e depois

No lugar das costumeiras escolhas setoriais, devemos priorizar critérios sobre os quais possamos debater e construir resultantes para o desenvolvimento nacional soberano

POR JUNICO ANTUNES, LUÍS FELIPE MALDANER, JOÃO FURTADO E CARLOS HENRIQUE HORN | 28.07.2022 22H07

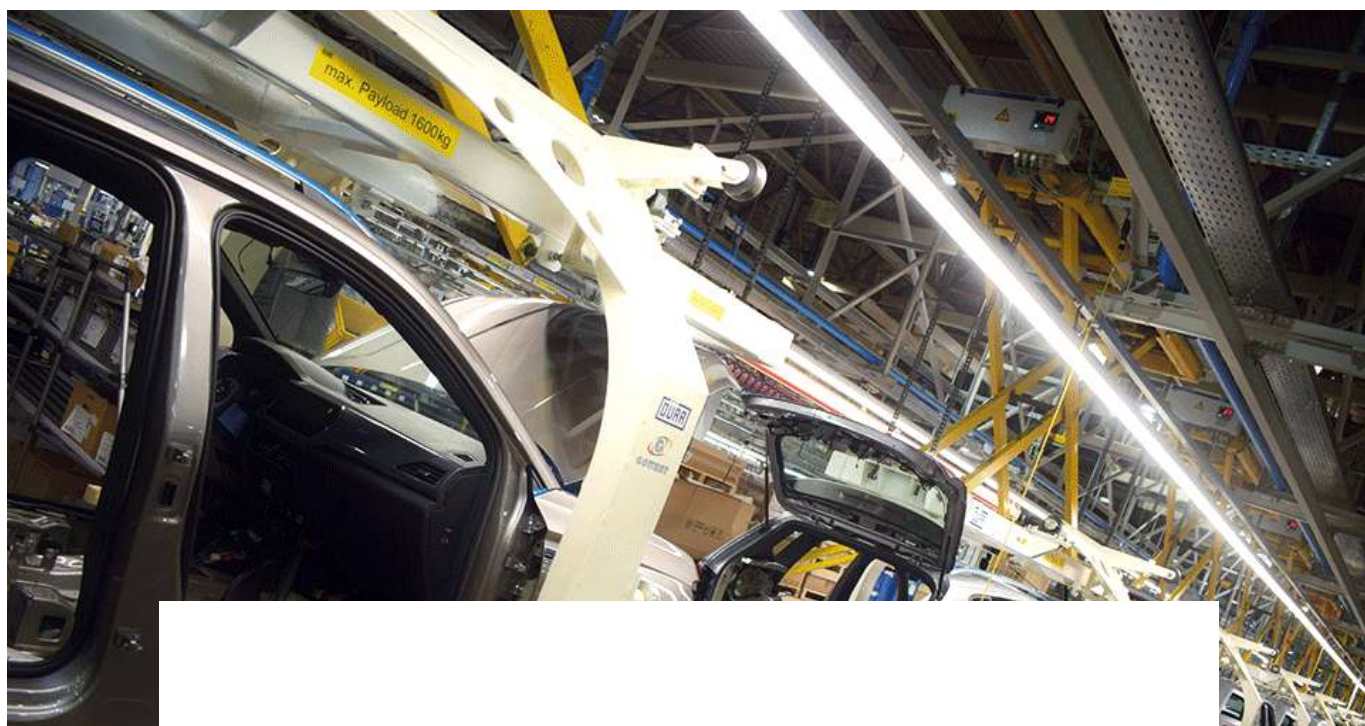


Foto: Evaristo Sá/AFP e Volkswagen Brasil

APOIE

Siga-nos no



ouça este conteúdo



O primeiro desafio da política industrial para 2023 e depois é reconhecer que os fatos impõem seu necessário desdobramento em dois tempos: um tempo imediato para recobrar rapidamente as condições de produção deterioradas nos últimos anos e um tempo para conceber, negociar e implementar a substância de uma política que reverta a já longa tendência de desindustrialização e especialização regressiva do aparelho produtivo nacional.

Os propósitos da recuperação de condições saudáveis de funcionamento da indústria, aqueles a que deve ser dada prioridade no primeiro tempo, poderiam ser considerados mera política econômica afeita àquilo que costuma estar no âmbito da fazenda pública, mas sustentamos que devam ser incluídos aí, diretamente, imediatamente, elementos que são mais típicos de uma política industrial: capacitação (de empresários e trabalhadores), modernização produtiva, eficiência energética, redução de impactos ambientais, promoção de

Relacionadas

Os preços do petróleo e derivados vão subir ou descer nos próximos meses?

POR JOSE
SERGIO
GABRIELLI

O drama argentino

POR
RICARDO
CARNEIRO

Novo marco legal do saneamento: é possível aprimorá-lo sem jogá-lo fora

POR LETÍCIA
BARBOSA
PIMENTEL E
MARCELO
TRINDADE
MITERHOF

A redução do ICMS de combustíveis: quem paga a conta?

POR PAULO
CÉSAR
RIBEIRO LIMA
E BRUNO
MORETTI

Uma política industrial mira a transformação produtiva e ela dá-se, preponderantemente, pelos investimentos. Nesta etapa inicial, todavia, é muito difícil que ocorra uma ativação dos investimentos, mesmo que o governo federal pudesse deslanchar imediatamente um programa que puxasse o nível de atividade econômica. Por isso, o melhor que se pode esperar no curto prazo é uma combinação de recuperação dos níveis de produção e esforços de capacitação, gestão e modernização, sem ambições maiores quanto aos volumes de investimento em novas capacidades de produção.

Assine nossa newsletter

SEU E-MAIL

INSCREVA-SE

Pelo menos para o primeiro momento, vale concentrar a atenção da política pública em investimentos pontuais que ajudem as empresas a recobrar uma maior vitalidade econômico-financeira. Como se dá contornos concretos a esta proposição? Alguns exemplos incluem programas conhecidos e testados para aumento da oferta de alimentos de mesa; crédito habitacional para as famílias reformarem, ampliarem e urbanizarem as residências, bem como instalarem painéis fotovoltaicos; parcerias com

sistemas de incineração de resíduos sólidos para transformação em energia; massificação de serviços de apoio a empresas, extensionismo, inovação, desenvolvimento tecnológico e apoio a exportações. Cada uma destas agendas deveria envolver, desde a partida, critérios de avaliação com relação aos objetivos das políticas de desenvolvimento.

O segundo tempo representa o âmago de uma política industrial típica. Porém, ela não estará pronta no início de 2023, nem poderia ser concebida de antemão, porque requer negociações com os atores principais – os industriais, os trabalhadores da indústria, as instituições promotoras do desenvolvimento, o sistema financeiro e os entes subnacionais (estados e municípios), que precisam assumir responsabilidades e por isso devem estar à mesa das tratativas iniciais. Ao lado das iniciativas de natureza transversal – destacadamente aquelas que abarcam o ensino fundamental e médio e a formação profissional –, destinadas a promover um novo ambiente para a indústria na circunscrição fabril, nas relações com o mundo e no contexto competitivo, a política industrial deve ser capaz de apontar direções específicas para a expansão futura da indústria. Tentativamente, elencamos alguns critérios orientadores.

O primeiro critério envolve o **enfrentamento dos grandes desafios brasileiros**, sobretudo

transporte eficientes, cuidados de saúde e educação – são fáceis de enunciar os grandes itens do consumo para a esmagadora maioria dos brasileiros. Cada um desses elementos constitutivos pode ser atendido com o padrão habitual do consumo empobrecido ou pode, ao contrário, ser uma fonte de promoção e desenvolvimento industrial, pela criação de bens e serviços melhores e processos mais eficientes. Há uma importante agenda de desenvolvimento industrial nesta transformação.

O segundo critério dialoga com o **tema ambiental e da sustentabilidade**. A produção, o consumo e a vida precisam tornar-se mais sustentáveis, sob riscos de uma fatalidade global ou, no caso de divergência do Brasil em relação ao mundo, de sanções custosas. Precisamos desenvolver processos, bens e serviços mais limpos. Esse deve ser o segundo critério das escolhas a serem feitas.

O terceiro critério está baseado na noção de que a **integração do território e da sociedade são**

eficiência e economicidade. Os mecanismos tributários são apenas um dos elementos da equanimidade, mas a integração deve ser pensada em bases mais estruturantes.

Um quarto critério, imprescindível para o desenho do futuro do Brasil, envolve o reconhecimento de que precisamos **construir espaços de autonomia crescentes**. Não se trata, claro, de autarquia, mas de sermos capazes de engendrar fluxos de bens e serviços, conhecimentos, pessoas e valores que projetem o Brasil como **nação soberana** e mostrem a nossa capacidade de dialogar sem inferioridade ou desdém com todos os países. O papel das empresas de controle nacional – públicas, privadas, cooperativas – é um elemento que deve ser levado a sério neste desenho.

O quinto e último critério passa pela criação de **oportunidades para homens e mulheres de todas as origens e condições sociais**. O trabalho que dignifica tem que ser também o trabalho que recompensa, que oferece perspectivas, reconhecimento social, futuro. Por isso, a política de desenvolvimento industrial precisa trazer para o centro do debate sobre o Brasil a condição de todos os brasileiros que desejam trabalhar e construir vidas dignas para as suas famílias e a coletividade.

Cada um destes cinco critérios precisa ser aplicado às oportunidades e

resultantes para o desenvolvimento nacional soberano. Desse algoritmo deverão advir as escolhas específicas.

As ideias deste artigo estão expostas de forma mais ampla no texto
Desafios da Política industrial no Brasil – para 2023 e depois.

Relacionadas

Orçamento Público em disputa: o papel das emendas parlamentares no presidencialismo de coalizão
POR CAROLINA TAVARES RESENDE

Junico Antunes

Professor na Escola de Gestão e Negócios da UNISINOS

O outro lado do teto de gastos
POR BRUNO MORETTI

Alípio Felipe Maldaner

Professor na Escola de Gestão e Negócios da UNISINOS

Crises climáticas em uma ordem neoliberal
POR ALFREDO SAAD FILHO E FERNANDA FEIL

João Furtado

Professor na Escola Politécnica da USP

Carlos Henrique Horn

Professor da UFRGS

Um minuto, por favor...

Apoiar o bom jornalismo nunca foi tão importante

Obrigado por ter chegado até aqui. Nós, da CartaCapital, temos o compromisso diário de levar até os leitores um jornalismo crítico, que chama as coisas pelo nome. E sempre alicerçado em dados e fontes confiáveis. Acreditamos que este seja o melhor antídoto contra as fake news e o extremismo que ameaçam a liberdade e a democracia.

Se este combate também é importante para você, junte-se a nós! Contribua, com o quanto que puder. Ou assine e tenha acesso ao conteúdo completo de CartaCapital.

CHERNAVSK

CartaCapital.

Já é assinante? [Faça](#)
[Login](#)

exclusivos

Os comentários não representam a opinião da revista. A
responsabilidade é do autor da mensagem.

LEIA TAMBÉM

OBSERVATÓRIO
DA ECONOMIA
CONTEMPORÂNEA

Os preços do
petróleo e
derivados
vão subir ou
descer nos
próximos
meses?

POR JOSE SERGIO
GABRIELLI

OBSERVATÓRIO
DA ECONOMIA
CONTEMPORÂNEA

O drama
argentino

POR RICARDO
CARNEIRO

OBSERVATÓRIO
DA ECONOMIA
CONTEMPORÂNEA

Novo marco
legal do
saneamento:
é possível
aprimorá-lo
sem jogá-lo
fora

LETÍCIA
BARBOSA
PIMENTEL E
POR MARCELO
TRINDADE
MITERHOF

OBSERVATÓRIO

quem paga a conta?

PAULO CÉSAR
POR RIBEIRO LIMA E
BRUNO MORETTI

Um minuto, por favor...

Apoiar o bom jornalismo nunca foi tão importante

Obrigado por ter chegado até aqui. Nós, da CartaCapital, temos o compromisso diário de levar até os leitores um jornalismo crítico, que chama as coisas pelo nome. E sempre alicerçado em dados e fontes confiáveis. Acreditamos que este seja o melhor antídoto contra as fake news e o extremismo que ameaçam a liberdade e a democracia.

Se este combate também é importante para você, junte-se a nós! Contribua, com o quanto que puder. Ou assine e tenha acesso ao conteúdo completo de CartaCapital.

Assine a
CartaCapital

Faça uma
doação

Loterias dos EUA disponíveis no Brasil: bilhões de reais a serem ganhos

theLotter.com

Dica: Caixas abandonadas dos correios podem ser adquiridas por quase nada

Mystery Box

Chega ao Brasil tênis italiano mais confortável do mundo

Tênis Italiano de Courm

SOBRE NÓS

Princípios

Manifesto

Expediente

Diálogos Capitais

ANUNCIE

Media Kit

ASSINANTE

Acesso app Android

Acesso app iOS

Central de Ajuda

Newsletters

ASSINE A CARTA

REDES SOCIAIS

